



Por favor, preencher os dados abaixo

PROVA B

Nº de Inscrição:

Nome do Candidato:

CPF:

Telefone:

E-mail:

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

- Atenção para **preenchimento de seus dados no cabeçalho** da prova;
- Questões dissertativas-argumentativas com respostas em até 10 (dez) linhas.
- Somente será considerada na correção a resposta escrita na área demarcada do caderno de prova, sendo desconsiderado qualquer texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecidas;
- A prova terá a duração de 04 (quatro) horas;
- O candidato não deverá assinar o caderno de prova, nem utilizar qualquer indicativo que possa identifica-lo, sob pena de ser desclassificado;
- Atenção, preencher seu CPF no local indicado de cada questão dissertativa.
- Somente poderá ser utilizada caneta esferográfica preta ou azul, sendo desconsiderado texto definitivo escrito a lápis;
- Escreva com letra legível. No caso de erro, risque com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substituto. Parêntese não será aceito.
- Será entregue material para rascunho, o qual poderá ser levado pelos candidatos ao final da prova;
- Será eliminado o candidato que for descortês com os demais candidatos ou com os fiscais de prova;
- Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada durante a realização da prova;
- A interpretação das questões faz parte da prova, não podendo haver perguntas e nem apoio dos fiscais da prova;
- Durante a realização da prova não serão permitidas a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos de comunicação.
- **O contato com os aprovados será realizado via telefone ou e-mail. Desta forma, a informação correta é de responsabilidade do candidato**

DEFENSORIA PÚBLICA

Questão 01 – Não é objetivo da Defensoria Pública:

- A) a prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- B) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- C) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- D) zelar pela valorização da advocacia.

Questão 02 – Não é prerrogativa ou garantia dos membros da Defensoria Pública da União:

- A) vitaliciedade.
- B) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.
- C) independência funcional.
- D) ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.

Questão 03 – O art. 134 da Constituição Federal de 1988 erigiu a Defensoria Pública à condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, quando de sua promulgação significou:

- A) retrocesso em relação ao texto constitucional anterior, que não vinculava a Defensoria ao Poder Judiciário.
- B) o estabelecimento de um inédito dever estatal, de prestação de assistência jurídica integral e gratuita.
- C) a conquista de autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas;
- D) relevante conquista da cidadania, universalizando o direito de acesso gratuito ao Poder Judiciário.

PREVIDENCIÁRIO:

Questão 04 – Dentre os princípios abaixo, qual não se aplica à Previdência Social:

- A) seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços
- B) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- C) universalidade do atendimento
- D) contributividade

Questão 05 – O princípio da universalidade da cobertura prevê:

- A) que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite.
- B) que não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa.
- C) a participação equitativa de trabalhadores, empregadores e Poder público no custeio da seguridade social.
- D) que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessite, razão pela qual a Seguridade Social deve apontar

Questão 06 – São hipóteses de benefícios previdenciários ativos na atual Lei de Benefícios (8213/91) do INSS:

- A) aposentadoria por idade, auxílio-doença e pecúlio
- B) auxílio-acidente, aposentadoria por contribuição e salário maternidade
- C) pensão por morte, renda mensal vitalícia, aposentadoria por invalidez
- D) auxílio-doença, aposentadoria por idade e auxílio-natalidade.

Questão 07 – São segurados obrigatórios do regime geral de previdência social:

- A) a dona de casa e o estudante, desde que maiores de 16 (dezesesseis) anos.
- B) os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em Municípios que tenham instituído regime próprio.
- C) os desempregados, nos 12 (doze) meses que se seguem à sua dispensa pela empresa.
- D) os trabalhadores autônomos, empresários e trabalhadores domésticos.

PROCESSO CIVIL

Questão 08 – Ao se atribuir o valor da causa nas ações para concessão/reestabelecimento de benefício previdenciário, deve-se considerar

- A) somente a integralidade do débito vencido.
- B) qualquer valor já que nestas demandas o valor da causa são para fins fiscais.
- C) a soma das prestações vencidas, acrescida da soma doze parcelas vincendas.
- D) somente a soma de um ano de benefício.

Questão 09 – No âmbito da Justiça Federal, desde que respeitado o limite de sessenta salários mínimos, inclui-se na competência do Juizado Especial Cível, a ação:

- A) de desapropriação promovida pela União.
- B) popular, em que for parte passiva a União.
- C) de mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade federal.
- D) para anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

Questão 10 – O ato processual de comunicação da existência de ação proposta em face da parte para apresentar defesa denomina-se:

- A) intimação
- B) notificação
- C) citação
- D) carta precatória

Questão 11 – Acerca dos recursos no processo civil, assinale a afirmativa correta:

- A) De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, apenas em hipóteses excepcionais a apelação não será recebida no efeito suspensivo.
- B) Se o relator indeferir o pedido de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, deverá o recorrente deduzir embargos infringentes.
- C) Somente em hipóteses excepcionais os recursos têm efeito devolutivo.
- D) Em regra, o recurso especial possui efeito suspensivo.

DIREITO CIVIL:

Questão 12 – A prescrição:

- A) diferencia-se da decadência porquanto a primeira consiste na perda do direito material, ao

passo que a segunda é a extinção do próprio direito de exigir o cumprimento do direito pleiteado.

B) impede que o credor receba a dívida por ela atingida e, caso o devedor, por engano, cumpra a prestação devida, terá ele direito a indenização.

C) é interrompida por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

D) contra uma pessoa continua a correr, após seu falecimento, contra o seu sucessor, ainda que este seja absolutamente incapaz.

Questão 13 – O atual regramento da união estável reconhecida constitucionalmente como entidade familiar:

A) pressupõe que a convivência tenha a duração mínima de 5 anos

B) não estipula prazo mínimo para que se considere estável a união, bastando ser esta duradoura, pública, contínua e com o objetivo de constituir família.

C) permite a estipulação livre de refime de bens, desde que no início da convivência.

D) admite que se considere como tal uma união de menos de 5 anos, desde que dela resultem filhos.

Questão 14 – O código civil considera nulo o negócio jurídico simulado. Assim, haverá nulidade por simulação nos negócios jurídicos quando:

A) a declaração de vontade de um dos contratantes decorra de fundado temor de dano à sua pessoa.

B) as declarações de vontade emanarem de erro que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.

C) houver silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, determinante para a realização do negócio.

D) contiverem confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

Questão 15 - A ação de investigação de paternidade

A) prescreve em 5 anos

B) prescreve em 10 anos

C) prescreve em 20 anos

D) é imprescritível

Questão 16 - Qual opção abaixo trata de hipótese de relativamente incapaz:

A) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

B) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

C) os menores de dezesseis anos.

D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Questão 17 - Defensoria Pública do Estado Mato Grosso (analista) – Banca FGV – Prova 2015.

Rita, por 11 anos, sem interrupção nem oposição de quem quer que seja, possui, como seu, imóvel no qual estabeleceu a sua moradia habitual.

Considerando que Rita não possui qualquer título referente à titularidade proprietária do imóvel, assinale a afirmativa CORRETA.

A) Estando Rita de comprovada boa-fé, e somente nesse caso, poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por meio de ação de usucapião, na qual requeira ao juiz declaração por sentença, que servirá como título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

B) Independentemente de comprovada boa-fé, Rita poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por meio de ação de usucapião, na qual requeira ao juiz declaração por sentença, que servirá como título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

C) Independentemente de agir com boa-fé, Rita não poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por não ter atingido ainda o tempo mínimo da prescrição aquisitiva, qual seja, quinze anos.

D) Independentemente de agir com boa-fé, Rita não poderá adquirir a propriedade do bem imóvel por não haver realizado nele obras ou serviços de caráter produtivo.

PROCESSO PENAL

Questão 18 – Decretada a prisão preventiva com fundamento na revelia do acusado citado por edital, o Defensor Público poderá utilizar a seguinte argumentação para rechaçá-la:

A) Há um tratado internacional do qual o Estado brasileiro é signatário que prevê expressamente a impossibilidade de prisão preventiva.

B) A revelia não gera por si só presunção de que o acusado pretenda se furtar à aplicação da lei penal.

C) A revelia somente poderá ser decretada após a intimação do Defensor Público.

D) A decretação da prisão preventiva deveria ter sido comunicada ao Defensor Público em até 24 horas.

Questão 19 – De acordo com a Lei 9.099/95, a

composição civil dos danos:

A) não gera efeitos penais.

B) gera efeitos penais, mas dispensa a homologação judicial por sentença.

C) enseja extinção da punibilidade de crimes de ação penal privada, após sua homologação por sentença.

D) gera efeitos penais, após a sentença homologatória, desde que a parte ou o MP não interponham o recurso cabível.

Questão 20 – As previsões dos incisos XXXVII e LIII do art.5º da Constituição Federal, segundo as quais, respectivamente, “[...] não haverá juízo ou tribunal de exceção” e “[...] ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” traduzem, direta e essencialmente, o princípio

A) da impessoalidade.

B) da presunção de inocência

C) do contraditório e da ampla defesa.

D) do juiz natural.

Questão 21 - Defensoria Pública do Estado Mato Grosso (analista) – Banca FGV – Prova 2015.

A Lei nº 12.403 de 04/05/11 inovou no tratamento conferido pelo Código de Processo Penal ao tema das prisões e medidas cautelares. Existem, ainda, outros diplomas legais que tratam do assunto, como a Lei nº 7.960/89, que disciplina a prisão temporária.

Sobre as medidas cautelares pessoais, assinale a afirmativa CORRETA.

A) A prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo magistrado.

B) O reincidente na prática de crimes dolosos ou culposos poderá ter sua prisão preventiva decretada, mesmo que o novo crime praticado tenha pena máxima em abstrato inferior a 04 anos.

C) Caberá internação provisória no caso de crime praticado com violência quando os peritos concluírem ser o agente inimputável, ainda que não haja risco de reiteração.

D) Verificado que não mais subsistem os motivos que justificaram a prisão preventiva, o juiz poderá relaxar a prisão.

DIREITO PENAL

Questão 22 – Dentre as hipóteses abaixo, qual não pode ser citada como exemplo de crime permanente

- A) Peculato
- B) Cárcere privado
- C) Violação de domicílio
- D) extorsão mediante sequestro

Questão 23 – A súmula 17 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) “Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido” configura aplicação do princípio da

- A) especialidade.
- B) subsidiariedade.
- C) consunção.
- D) sucessividade.

Questão 24 – Assinale a alternativa correta:

- A) Cabe ao Direito Penal limitar a violência da intervenção punitiva do Estado.
- B) Compete ao Direito Penal atender os anseios sociais de punição para pacificar conflitos.
- C) O recurso à pena no Direito Penal garantista está condicionado ao princípio da máxima intervenção, máximas garantias.
- D) O discurso jurídico-penal de justificação deve se pautar na ampla possibilidade de solução dos conflitos pelo direito penal.

Questão 25 – Aditem a forma culposa os seguintes crimes no Código Penal:

- A) homicídio, lesão corporal, dano, receptação e incêndio.
- B) difusão de doença ou praga, apropriação indébita, lesão corporal e perigo de desastre ferroviário.
- C) homicídio, lesão corporal, explosão, uso de documento falso e ato obsceno.
- D) receptação, incêndio, explosão, desabamento e difusão de doença ou praga.

Questão 26 – Assinale a alternativa correta.

- A) Os tipos penais são criados pelo legislador, excepcionalmente, entretanto, o juiz pode, usando analogia, criar tipos penais.
- B) Nos tipos penais abertos a conduta não é totalmente individualizada.
- C) O tipo penal define condutas e personalidades criminosas.
- D) A lei penal em branco é inconstitucional por conter delegação de competência.

Questão 27 – Nos denominados “crimes de bagatela” (princípio da insignificância), ocorre:

- A) Causa obrigatória de diminuição de pena.

- B) Causa supralegal de exclusão de culpabilidade.
- C) Exclusão da antijuridicidade material.
- D) Estado de necessidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 28 - Exame De Ordem Unificado 2010.3
É correto afirmar que a desconcentração administrativa ocorre quando um ente político

- A) cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.
- B) cria, por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público para auxiliar a administração pública direta.
- C) autoriza a criação, por lei e por prazo indeterminado, de uma nova pessoa jurídica de direito privado para auxiliar a administração pública.
- D) contrata, mediante concessão de serviço público, por prazo determinado, uma pessoa jurídica de direito público ou privado para desempenhar uma atividade típica da administração pública

Questão 29 – A responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal incide sob a modalidade:

- A) subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por concessionárias de serviços públicos, remanescendo responsabilidade solidária do Estado pelo ressarcimento dos danos indenizáveis.
- B) objetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes dos quais haja decorrido dano indenizável.
- C) objetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por agentes estatais e subjetiva, quando ditos atos forem lícitos.
- D) subjetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais se destes tiverem advindo danos morais indenizáveis.

Questão 30 - Quanto aos recursos administrativos, assinale a afirmativa **falsa**:

- A) A regra geral é que o recurso administrativo não tenha efeito suspensivo.
- B) Os recursos são cabíveis em face de razões de legalidade e de mérito.
- C) O recurso administrativo, salvo disposição legal diversa, tramitará no máximo por cinco instâncias administrativas.
- D) Salvo exigência legal, a interposição de recurso

administrativo independe de caução.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 31 - Estágio em Direito – DPE/DF 2013

De acordo com a CF, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previsto na CF, assinale a opção **correta**.

- A) Os direitos fundamentais não são assegurados ao estrangeiro em trânsito no território nacional.
- B) Como decorrência da inviolabilidade do direito à liberdade, a CF assegura o direito à escusa de consciência, desde que adstrito ao serviço militar obrigatório.
- C) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.
- D) O duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, não consubstancia garantia constitucional.

Questão 32 - TRF 1ª - Estágio em Direito -

Justiça Federal de Montes Claros/MG
De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- B) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos dos Municípios.
- C) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- D) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso,

nos termos da lei, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Questão 33 – Ao juiz federal **NÃO** compete processar e julgar:

- A) a disputa sobre direitos indígenas.
- B) as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- C) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- D) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

Questão 34 – TRF1 - Seleção de estagiários do curso de Direito - Setembro – 2013- Seção Judiciária do Amapá

Quanto ao controle de constitucionalidade das leis, É **CORRETO** AFIRMAR:

- A) É possível propor Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o estatuto de uma sociedade anônima.
- B) O Juiz Federal não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de uma lei.
- C) Os legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade são os mesmos.
- D) Qualquer pessoa física pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Questão 35 – A respeito da disciplina constitucional da Defensoria Pública, como órgão essencial à função jurisdicional, **NÃO** é correto afirmar:

- A) – são asseguradas autonomia funcional e administrativa, mas não há previsão de iniciativa de sua proposta orçamentária.
- B) – a Defensoria é expressão e instrumento do regime democrático;
- C) – São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- D) – é assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade.

Questão 36 - Procuradoria do Município de Niterói (procurador de 3ª categoria) – Banca FGV – Prova 2014.

A respeito do direito fundamental à igualdade, assinale a afirmativa **CORRETA**.

A) É compatível com a existência de limite de idade para a inscrição em concurso público, sempre que justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

B) Só admite ser dispensado tratamento diferenciado a certos grupos ou pessoas nas hipóteses expressamente previstas na ordem constitucional.

C) É incompatível com a política de cotas, baseada em critérios raciais, para ingresso no ensino superior.

D) É incompatível com as denominadas “ações afirmativas”, que oferecem tratamento diferenciado a grupos específicos e terminam por gerar uma discriminação reversa.

Questão 37 – Assinale a alternativa **correta**:

A) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular.

B) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes a nacionalidade, à soberania e à cidadania.

C) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

D) – O mandado de segurança é uma garantia constitucional que pode ser exercida de forma individual ou coletiva, desde que impetrada pelos legitimados.

Questão 38 – A Constituição Federal declara como um dos direitos fundamentais a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, **salvo**:

A) para fazer prova em processo administrativo.

B) por ordem do Ministro da justiça, para fins de investigação criminal.

C) por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

D) em matéria de segurança nacional.

Questão 39 – Na Constituição Federal (CF), algumas matérias, denominadas cláusulas pétreas, não podem ser abolidas nem por meio de

emendas. Essas matérias são:

A) forma federativa de Estado; dignidade da pessoa humana; divisão dos poderes; pluralismo político, presidencialismo.

B) voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; forma federativa de Estado; direitos e garantias individuais.

C) direitos e garantias individuais; soberania; divisão dos poderes; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

D) voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; cidadania; forma federativa de Estado.

Questão 40 O Artigo 5º, Inciso II, da CF dispõe que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” Tal enunciado consagra o princípio da:

A) moralidade

B) impessoalidade

C) justiça

D) legalidade

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

Atenção – Leia as instruções deste caderno. Elas fazem parte da sua prova.

1 – Este caderno contém as instruções para a prova discursiva, prova está composta por 4 (quatro) questões

2 – Verifique a identificação e preencha seu CPF no quadro superior da folha

3 – Não se identifique nas folhas de resposta da prova escrita.

4 – Cada questão deverá ser respondida de forma sucinta, no espaço indicado, de no máximo 10 (dez) linhas. O que ultrapassar não será considerado em nenhuma hipótese.

5 – Cada questão tem o valor máximo de 15 pontos

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

1) QUESTÃO DIREITO CIVIL: até 10 linhas

Em uma locação de imóvel residencial havia a previsão contratual de que "findo o prazo do negócio jurídico, o imóvel deveria ser devolvido com pintura nova". Ou seja, não foi esclarecido no contrato qual deveria ser a cor da tinta a ser usada na pintura. Assim sendo, o locatário (inquilino), insatisfeito com a necessidade de devolução do imóvel, pintou o imóvel antes de entregá-lo. Ocorre que, ao realizar a vistoria, o locador (proprietário) constatou que o imóvel havia sido pintado todo com tinta preta. Houve descumprimento ou cumprimento do contrato por parte do locatário (inquilino)? Discorra sobre o caso, fundamentando-o juridicamente. Se possível, aborde princípios do direito civil e princípios gerais do direito para solucionar a controvérsia.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

2) QUESTÃO 02 – DIREITO PENAL: até 10 linhas

Conceitue e disserte sobre crime doloso e crime culposos, abordando os elementos dolo e culpa, diferenciando culpa consciente e dolo eventual. Mencione também sobre os três substratos do crime (tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade);

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

3) QUESTÃO 03 – DIREITO CONSTITUCIONAL: até 10 linhas

Disserte sobre o Controle de Constitucionalidade no Brasil. Se possível aborde sobre: os tipos difuso e concentrado; modalidades de controle preventivo e repressivo; quais são as ações judiciais cabíveis no controle em processo objetivo e subjetivo de constitucionalidade; por fim, sobre os efeitos das decisões (ex tunc, ex nunc, e a modulação dos efeitos);

QUESTÕES DISSERTATIVAS

CPF:

4) QUESTÃO 04 – JUIZADO ESPECIAL: até 10 linhas

Dissertar sobre ao menos dois princípios orientadores do juizado especial cível.
